

Crimes do latifúndio e de policiais contra camponeses em Mirante da Serra

Camponeses do acampamento Fidel Castro 2 denunciam crimes de pistoleiros e policiais a serviço do latifúndio, no município de Mirante da Serra, região central de Rondônia. Cerca de 150 famílias lutam pelas terras da fazenda Boitenta, conhecida como a antiga fazenda do Dr. Dirceu, localizada no final da linha 76 da 81. Segundo os camponeses conseguiram apurar, trata-se de uma reconcentração ilegal de terras públicas federais do Projeto Fundiário Jaru – Ouro Preto. A mesma situação de 80% das terras rurais de Rondônia – terras públicas griladas por latifundiários.

Em meados de 2016, o juiz Barretto, da 2ª Vara Cível de Ouro Preto D'Oeste, expediu uma liminar de reintegração de posse contra os camponeses. A PM de Ji Paraná designou a data de 7 de dezembro do mesmo ano para executarem a reintegração de posse, que ocorreu com a participação de policiais do GOE – Grupamento de Operações Especiais. Os camponeses conseguiram gravar vários vídeos provando suas denúncias. Segundo os camponeses o chefe da pistolagem a serviço do latifúndio Boitenta, Geraldo Rodrigues Filho, é um policial da ativa, do município vizinho de Ji Paraná, atuando com a conivência de policiais do GOE. É a mesma situação que camponeses do Vale do Jamari já denunciaram inúmeras vezes.

Em um dos vídeos, os camponeses conseguiram flagrar Geraldo Rodrigues e outro pistoleiro, ambos armados ostensivamente, coagindo um funcionário da prefeitura que fazia reformas em estradas que dão acesso à fazenda. Trabalhadores também gravaram o despejo do acampamento e a destruição de seus barracos por um trator, acompanhado por policiais do GOE. No vídeo vê-se um destes policiais abordando de forma amistosa Geraldo Rodrigues, armado ostensivamente, que se afasta caminhando tranquila e impunemente.

Clique aqui para assistir o vídeo.

Apesar dos camponeses terem saído pacificamente da fazenda, continuaram sofrendo agressões por parte de pistoleiros e policiais. No dia 6 de janeiro de 2017, 4 camponeses denunciara à promotoria de justiça de Ouro Preto D'Oeste os crimes que Geraldo Rodrigues e seu bando de pistoleiros têm cometido contra as famílias acampadas, inclusive crianças, desde outubro de 2016:

- passam em frente ao acampamento, ostentando suas armas, na tentativa de amedrontar as famílias;
- várias vezes, efetuaram diversos disparos de armas de fogo em direção ao acampamento, inclusive à noites, acordando os camponeses;
- revistaram camponeses que circulavam pelas estradas no entorno do acampamento;

– procuram saber quem são os líderes do acampamento.

Camponeses também denunciam crimes da polícia comandada pelos fascistas Ênedy, comandante geral da PM e Confúcio Moura (PMDB), gerente estadual. Policiais militares realizam rondas constantes na área, sem incomodarem os pistoleiros. Por outro lado, reprimem os camponeses, como uma abordagem arbitrária que o GOE cometeu contra um casal de trabalhadores e sua filha cadeirante, ocorrida no dia 5 de janeiro de 2017. Policiais fortemente armados revistaram e coagiram a família de forma grosseira e desrespeitosa.

“Justiça” também atua a serviço de latifúndio grileiro de terras públicas

O Dr. Ermógenes Jacinto, advogado dos camponeses, também denunciou que o juiz Barretto passou meses sem permitir que ele tivesse acesso aos autos do processo. E ainda que, num despacho da liminar de reintegração de posse, o juiz caluniou e mentiu sobre o Dr. Ermógenes, referindo-se a ele como advogado de uma organização criminosa.

Há várias situações irregulares no processo, segundo o advogado. Na petição inicial da ação de reintegração de posse, apenas um lote é mencionado, mas depois, constam 23 lotes, quando juntaram um contrato de 2015, sem reconhecimento de firmas, que arrenda a área para o senhor Márcio, conhecido chefe de pistolagem do latifúndio na região. Os camponeses fizeram um levantamento no cartório imobiliário de Ouro Preto D’Oeste e constataram falta de transparência nos registros de muitos destes lotes, ao indicarem o título aquisitivo como sendo uma escritura pública emitida pelo cartório de notas do 2º ofício da comarca de Porto Velho. Este cartório já sofreu intervenção de uma CPI exatamente por irregularidades em registros imobiliários, respaldando a grilagem de terras públicas. Estes são fatos corriqueiros na região amazônica, com total conivência da “justiça”.

Os camponeses já protocolaram no Terra Legal em Brasília requerimento solicitando a desapropriação da fazenda Boitenta para fins de reforma agrária. Mas pela falência da “reforma agrária” do governo, só a luta camponesa organizada e combativa, apoiada pelos trabalhadores e democratas sinceros das cidades, pode garantir aos camponeses o sagrado direito à terra.

Todo apoio às famílias do Acampamento Fidel Castro 2!

Terra para quem nela vive e trabalha!

Conquistar a terra, destruir o latifúndio!

LCP – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental